



A PESCA ARTESANAL COMO POSITIVAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NO ENGENHO DO CAPIM/PA.

ARTISANAL FISHING AS AN AFFIRMATION OF QUILOMBOLA IDENTITY IN ENGENHO DO CAPIM/PA

Adão Souza Borges^{1*}, Edna Ferreira Alencar¹.

¹ Universidade Federal do Pará.

*e-mail: adaoriocapim@gmail.com

Citação: BORGES, A. S.; ALENCAR, E. F. (2026). A pesca artesanal como posituação da identidade quilombola no Engenho do Capim/PA. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, 17(1), 420-432. <https://doi.org/10.18817/repesca.v17i1.2035>

Recebido: 18 August 2019

Revisado: 06 August 2026

Aceito: 07 August 2026

Publicado: 08 August 2026



Copyright: © 2026 by the authors.

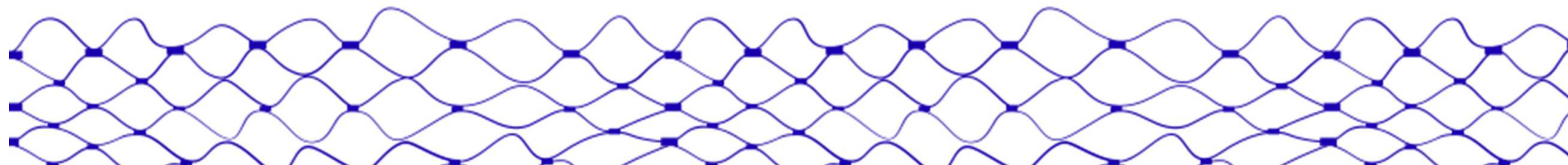
This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license

(<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Resumo

Neste artigo busco compreender a contribuição da pesca artesanal, enquanto atividade pouco visibilizada no Engenho do rio Capim, capaz de positivar a identidade quilombola naquela região. O trabalho busca nas crônicas do naturalista britânico Alfred Russel Wallace para buscar indícios da pesca artesanal, mesmo controlada pelo coronel José Calixto, dono do engenho que serve de topônimo à comunidade, enfocando os artefatos utilizados naquele período. O artigo busca também dar contribuições à visibilidade da cultura local, descrevendo a relação que os quilombolas têm com os recursos naturais, desenvolvendo hábitos comuns, herdados de seus ancestrais. No entanto, a âncora se dá através do uso da memória e de narrativas, com o afã de focar a relação dos remanescentes de quilombo com a pesca artesanal, construindo a ligação do passado no presente, onde se percebe questões basilares, essenciais para a compreensão de que a pesca artesanal corrobora para a posituação da identidade étnica naquela comunidade, uma vez que a geração atual consegue transmitir através das narrativas, aspectos físicos utilizados pelas gerações do passado e ainda utilizados pelas novas gerações. No entanto, para que essa posituação se estruture é necessário ações políticas tomadas pelos remanescentes. O artigo contribuiu para a percepção das identidades híbridas que existem na comunidade, a partir da pesca, onde os sujeitos quilombolas, agricultores e pescadores, são o resultado da hibridização das identidades.

Palavras-chaves: Engenho do Calixto; Identidade; Memórias; Narrativas; Pesca artesanal.



Abstract

This article seeks to understand the contribution of artisanal fishing, an activity that has received little scholarly attention in the Engenho do Capim region, to the affirmation of Quilombola identity in that locality. Drawing upon the chronicles of the British naturalist Alfred Russel Wallace, the study examines historical evidence of artisanal fishing practised under the control of Colonel José Calixto, owner of the sugar mill from which the community derives its name, with particular emphasis on the fishing implements used during that period. The article also aims to enhance the visibility of local culture by describing the relationship between Quilombola communities and natural resources, highlighting the shared practices inherited from their ancestors. The analysis is primarily grounded in memory and oral narratives, focusing on the relationship between Quilombola descendants and artisanal fishing. By connecting past and present, the study identifies key elements that demonstrate how artisanal fishing contributes to the affirmation of ethnic identity within the community. Through oral narratives, the current generation continues to transmit knowledge of practices, tools and material elements inherited from previous generations, many of which remain in use today. However, the consolidation of this process of identity affirmation also depends upon political action undertaken by the Quilombola descendants themselves. The findings further contribute to an understanding of the hybrid identities that characterise the community, where Quilombolas, farmers and fishers embody the intersection and coexistence of multiple social and cultural identities.

Keywords: Engenho do Calixto; Identity; Memories; Narratives; Artisanal fishing.



Introdução

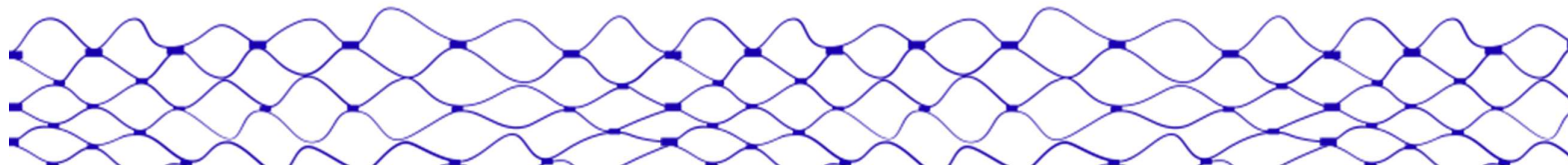
A pesca artesanal no rio Capim provavelmente começou a ser praticada pela população indígena, que vieram para as proximidades do rio, conforme Magalhães (2008) apud Barbosa (2008) “Mas antes desta população espalhar-se pelas margens do rio, Rodrigues relatou que os Guajá-Mirim frequentaram suas margens, não se sabendo se com finalidades de moradia ou de caça e pesca”. Uma notória passagem que merece ser destacada a respeito da pesca artesanal no rio Capim, trata-se da narrativa do naturalista britânico Alfred Russel, ao hospedar-se na casa de um dos donos de engenhos mais promissores da região, no século XIX, o coronel José Calixto, narrou o seguinte:

Tendo eu dito que desejava muito obter uma coleção de peixes, os quais desejava conservar em álcool, ele mandou, imediatamente, alguns índios fazer represas nos igarapés, para envenenar a água enquanto outros iam pescar à noite, com linhas arcos e setas e todos os peixes, então pescados, eram logo trazidos para mim, a fim de que eu escolhesse e separasse os que me conviessem. O resto era levado para a cozinha. A melhor maneira de apanhar peixes de várias espécies e em melhor variedade era por meio de uma grande rede de arrasto, de 50 a 60 jardas de comprimento. Um dia, saímos em duas canoas, com uns 20 negros e índios, os quais nadavam com a rede, fazendo um círculo estendendo-a em seguida e arrastando-a para a praia. (WALLACE, 2004).

Na literatura dos viajantes que navegaram pelo rio Capim, entre os séculos XIX não encontrei ainda, outras narrativas que descrevessem pescarias, que envolva o sujeito indígena sem a participação dos escravos. Estes se ocupavam nas atividades da produção da cana de açúcar, e participavam com menor frequência das pescarias é pouco perceptível nas narrativas, descrições dos apetrechos e técnicas, utilizadas na pesca daquele período. Dentre estes, linhas, arcos e setas, rede de aproximadamente cinquenta e quatro metros, o uso de canoas, e a técnica de envenenamento das águas de braços de igarapés, e represas no rio com ervas para pescaria. Outro elemento presente na narrativa é a variedade de espécies de peixes observada naquela ocasião.

Com o declínio do engenho do fazendeiro José Calixto, devido o enfraquecimento da produção açucareira na região, e o crescimento demográfico da cidade de Belém, os escravos foram povoando a região, já com uma miscigenação formada no decorrer dessa colonização conforme atesta Borges (2014, p. 88-89), em sua dissertação de mestrado intitulada *Narrativas de Remanescentes de Quilombo: divergências e convergências na construção da identidade negra no Engenho do Calixto, em Aurora (PA)*, na qual um narrador afirma sua identidade associada ao coronel, da seguinte maneira:

O Calixto tinha duas mulheres, uma delas era a minha avó, era a Maria Hortência, ela era a mãe do meu pai. Ela tinha uma casa neste lugar aqui, que pegava daqui e ia até naquela castanheira. Aí tinha até igreja, e aí, ele deu essa área de terra que ia daqui e ia até no Jacundaí pra ela. A outra parte, ele deu dali do Igarapé Grande até lá na ponta para essa outra mulher que eu não sei o nome dela. É o que eu sei... (DORIVAL DOS SANTOS FURTADO, 71 anos, morador da comunidade Engenho do Calixto)



Através da memória, o narrador vai desenvolvendo as práticas de cartografar os espaços de pertencimento do ancestral, que posteriormente passa a ser seu também, através de suas reminiscências que lhe foram narrados, através da memória. Ele era dono do Bico da Ponta, até no Jacundaí. Esta cartografia que atravessou gerações vem sendo construída a fim de associá-la à herdade da terra. Eis um dos elementos associados à herança das terras: a pertença feminina, que é parte nesse momento de uma positivação da identidade, mesmo sem que o narrador indique que a mesma era negra e escrava. *O Calixto tinha duas mulheres, uma delas era a minha avó, era a Maria Hortência, ela era a mãe do meu pai.*

Este trabalho buscou compreender como a pesca artesanal vem contribuindo na afirmação da identidade quilombola no Engenho do Calixto, em Aurora do Pará. A produção da pesquisa foi realizada em dois momentos: no primeiro momento busquei identificar os sujeitos que trabalham com a pesca artesanal, e que se identificassem quilombolas. Nessa ocasião, identifiquei dois pescadores, que se declaram remanescentes de quilombos, ocasião em que apliquei surveys, aos interlocutores com a intenção de coletar informações socioeconômicas e culturais, e no segundo momento trabalhei com coleta de narrativas desses sujeitos que assumem as duas identidades: quilombolas e pescadores artesanais na comunidade.

O Engenho do Calixto

O Engenho do Calixto é um conjunto de comunidades ribeirinhas, margeadas pelo rio Capim, habitadas por remanescentes de negros, comprados da África, comercializados nos portos de Belém por donos e donas de engenhos para servir de mão de obra na produção açucareira, na produção de aguardente, nas fazendas de cacau dos senhores desde o século XVIII. Além dos remanescentes do regime escravocrata, nessas comunidades, agregam-se também pessoas vindas de outros lugares e de outros tempos, inclusive na pós-escravidão, que ora formam uma consciência coletiva para reivindicarem a identidade negra, ora a negam no século XXI, tempo de fluidez das identidades. Localiza-se no município de Aurora do Pará, no nordeste paraense, e dista de Belém aproximadamente 250 quilômetros. A denominação “Engenho do Calixto” suscita da obra do naturalista Alfred Russel Wallace na obra Viagens pelo Amazonas e Rio Negro, no século XIX, a partir da viagem que faz ao empreendimento daquele período, cuja área pertencia ao escravocrata José Calixto Furtado. No período em que escreve sobre o engenho, a região estava ligada à freguesia de Santa Anna do rio Capim, possuindo, em 1823, 992 moradores livres e 663 escravos, segundo Marin e Castro (2004, p. 34).

Neste trabalho busquei as narrativas do Sr. Dorival dos Santos Furtado e do Sr. João Fortunato. Esses narradores moram nas comunidades ao redor das ruínas do prédio, que em tempos passados era cenário de riqueza e prosperidade, de castigos e opressões. É o território que herdaram a partir da escravidão física do trabalho na lavoura de cana de açúcar e das relações sexuais com negras escravas. A herança das terras em que moram foi resultado de doações que o escravocrata fez às suas mulheres, com quem constituiu prole, resultando nas gerações atuais de afrodescendentes. Nessa esteira, acompanho as reflexões de Simone Rezende da



Silva: [...] outro aspecto importante a ser mencionado a respeito dos quilombos brasileiros é que embora todos, de alguma forma, representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram formados pela reunião de escravos fugitivos. (Silva, 2011, p. 82-83).

É interessante ressaltar a perspectiva de que nem sempre os quilombos foram formados pela reunião de escravos foragidos das casas senhorias por conta de que, na visão de alguns cientistas estudiosos desse fenômeno, a concepção de quilombo está intimamente ligada com a ocorrência histórica de conflitos, com o enfrentamento. Exige-se, hoje, compreender a identidade negra por outros prismas, inclusive o de que nem sempre o enfrentamento é uma característica determinante da identidade quilombola, como se deu em outras regiões brasileiras. No caso do Engenho do Calixto, há a possibilidade de que a legitimidade de ocupação da terra em que vivem seus moradores seja resultado da herança ter ficado para a escrava Maria Hortência, avó do narrador afrodescendente em tela, herdada do coronel Calixto, de quem aquela foi mulher. Dessa forma, a herança e a ocupação transformam-se numa construção simbólica que justifica seu usufruto na história das gerações sucessoras da escravidão no Engenho do Calixto.

O manejo dos recursos naturais pelos e afrodescendentes é o resultado de saberes que não são apenas destinados às necessidades biológicas, mas um conjunto de conhecimentos que regula o modo de ser e de viver da população, margeados de sentidos simbólicos. Esses conhecimentos são ordenados como estratégias capazes de atender às necessidades socioculturais no que diz respeito a plantar suas roças, coletar amêndoas, caçar, pescar, comercializar e preservar o meio ambiente. Nessas práticas quotidianas, verificam-se as relações sociais a partir da mobilização familiar nas tarefas da agricultura, principalmente no cultivo de mandioca, uma das maiores fontes econômicas das comunidades que formam o complexo do Engenho do Calixto. É no “plantio do roçado” que desenvolvem os plantios de maniva, arroz, feijão, verduras e de frutas, sendo estes plantados dentro de um calendário que faz parte de seus códigos culturais e consideram as estações do ano como base para o preparo da terra, que vai desde a queima no período de verão ou “estiagem” ao plantio que acontece geralmente no início das chuvas. Dentre os vários produtos de extração, encontra-se a farinha de mandioca como o produto de relevância econômica, uma vez que essa atividade agrícola acontece constantemente nas roças das comunidades. As demais atividades obedecem a um calendário de safra, que, por sua vez, é cíclico, como é o caso da coleta de castanhas e do açaí.

A produção de farinha de mandioca é feita geralmente no “retiro”, uma casa coberta, que pode ser do proprietário da unidade domiciliar ou de um parente, compadre, vizinho ou amigo. Nessa atividade, a presença do grupo familiar é constante, observando-se, em alguns casos, os serviços sendo desenvolvidos por “mutirões”, realizados por vizinhos e amigos da comunidade em que vivem encontram. Nessa atividade, os serviços iniciam-se na madrugada e vão até o final do dia. As etapas da produção começam com a raspagem dos tubérculos (raízes) conhecidos como mandioca. Após a raspagem, o passo seguinte é o da “cevagem”,



em que as raízes são trituradas no “banco de ceva”, tornando-se uma espécie de polpa que se destina à prensagem, quando se extrai a massa seca, excluindo desta a parte líquida, denominada de tucupí. Após a prensagem, a massa passa pela “peneiração”, tornando-se cada vez pura. Daí o passo seguinte e a “torragem”, feita em fornos construídos de argila, sob uma peça de ferro ou de cobre. Essa atividade é efetuada com a utilização de fogo sob o forno e com um apetrecho feito manual, denominado de “rôdo”, e conta também com a experiência do/da “torrador/a” para não deixar a massa queimar e ser desperdiçada. Após o preparo da farinha, separam-se a parte que vai ser utilizada no consumo da família e a parte que será comercializada, sendo que esta última passa a ser ensacada e fica às margens do rio no aguardo de compradores às margens do rio ou dentro do “retiro”. Na maioria das vezes, esse produto é vendido ao atravessador por preços bem abaixo do valor pago no comércio das cidades vizinhas, como em Mãe do Rio, São Domingos do Capim e Aurora do Pará. Os atravessadores comercializam a farinha de mandioca nas cidades vizinhas e na capital. Na verdade, a maioria dos produtos produzidos nas roças e produto do extrativismo é comercializada para além do contexto local, inclusive a pesca.

A pesca artesanal no Engenho do Calixto

A definição de pesca artesanal é pouco consensual no mundo, seu significado está atrelado à oposição a pesca industrial e leva em consideração as tecnologias utilizadas na captura de peixes, sua natureza econômica, cultural e ambiental. A pesca industrial utiliza tecnologias sofisticadas e envolve pesados investimentos, acessíveis apenas a classe capitalista, a qual as comunidades pesqueiras não se incluem (Silva, 2014).

Maldonado (1988), no seu estudo socioantropológico, ao tratar sobre os pescadores do mar, contribui com uma definição sobre a pesca artesanal marítima, que também se aplica à pesca artesanal praticada pelos pescadores do Engenho do Calixto, remanescentes de quilombos em estudo, onde:

Uma das características da pesca artesanal é o poder decisório dos pescadores sobre aquilo que produzem. O processo de comercialização do pescado – seja por sua perecibilidade seja pela demora em se chegar com esse produto à terra – geralmente, se dá através de intermediários, ou atravessadores, que em toda parte tendem a se caracterizar como gananciosos e até certo ponto indesejáveis entre os pescadores, com quem mantêm relações tensas e conflituosas (MALDONADO, 1988, p. 9).

Observei que os remanescentes do engenho, após a pescaria são autônomos com a sua produção, no sentido de vender, trocar ou dividir com seus familiares, compadres, ou até mesmo com pessoas que não se classificam nessas afinidades. Ressalto, que a pesca no baixo Capim, não tem muita expressão como na pesca do alto Capim, onde a captura é mais expressiva em quantidade, ocasião em que os pescadores utilizam barcos e redes para essa atividade, mesmo assim, os apetrechos são diferentes da pesca industrial, ainda não desenvolvida na região.

Na pesca tradicional, utilizam-se apetrechos de baixo impacto ambiental, e desenvolvido para o sustento familiar com baixa quantidade de captura de espécies,

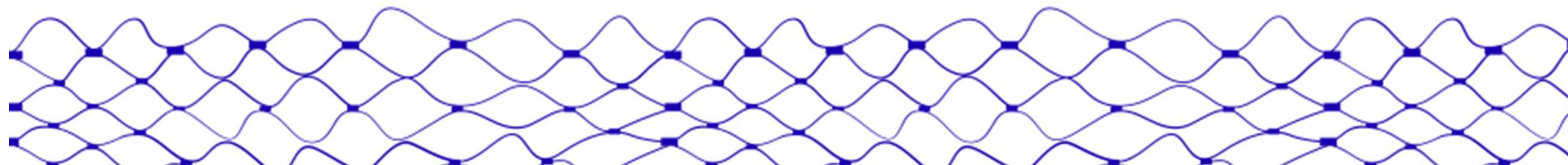


e, portanto baixa taxa de rendimento (FAO, 1975). Também merece destaque a capacidade de resiliência que essa modalidade de pesca tem de se ajustar às mudanças ambientais, temas de vários encontros e seminários internacionais realizados, que ratificam essa característica da pesca artesanal.

O povoamento das margens do rio Capim é compreendido em dois momentos: Inicialmente com a colonização portuguesa (séculos XVIII e XIX, tido como os mais antigos, até hoje) e no segundo momento, a partir do século XX, com aberturas de estradas, principalmente a BR-010 (Belém-Brasília), que se instala uma nova fase de povoamento na região, que se considera ser a mais recente (Barbosa, 2008, p.46). Assim, as pressões que os recursos naturais sofreram desde o início do povoamento, principalmente o uso do solo pela agropecuária, da floresta e da mata se deram principalmente no século XX, com a instalação de fazendas, serrarias e laminadoras que foi facilitado pela abertura de estradas e financiamentos do governo federal para essas atividades; e, nas últimas décadas do século passado com as instalações de mineradoras às proximidades do rio, para a extração do caulim. Nessa atividade mineradora, instalada nos municípios de Ipixuna e Aurora do Pará requereu do estado infraestrutura para a exploração do caulim, neste caso a implantação da hidrovía para transportar esse produto à Barcarena (PA), num primeiro momento através de balsas, e num segundo, através de um mineroduto, através do qual o caulim era transportado das jazidas de caulim para a cidade de Barcarena, a fim de ser processado.

Na implantação da hidrovía, utilizou-se o serviço de macrodrenagem do leito do rio, causando desequilíbrios à fauna e flora e impedindo também a mobilidade da população ribeirinha, e apresentou problemas de ordem econômica, ambiental e de saúde pública, sendo que nenhuma contrapartida foi destinada pelas empresas (Imerys Rio Capim Caulim S/A e Pará Pigmentos) àquela população. Desde as macrodrenagens diversos problemas de cunho ambiental são narrados pelos quilombolas do Engenho do Calixto, como o “desnorteamento” de jacarés, mortes de serpentes, golfinhos, tartarugas, aves e peixes, decorrentes de terem seus ecossistemas perturbados e, sobretudo pela contaminação da água. Um problema que é decorrente nas narrativas de pescadores daquela localidade é o desaparecimento de algumas espécies de peixes, e, sobretudo a escassez desse recurso na região, que segundo os pescadores se deu a partir da exploração das reservas de caulim.

No Engenho do Calixto, a pesca artesanal se dá com o uso de apetrechos móveis e fixos, com canoas de pequeno porte, que suporta uma ou até duas pessoas. Os móveis são tarrafas e malhadeiras. No uso da tarrafa, arma-se aquele apetrecho em direção do local em que se se presume ter peixes e atira-o sobre a água, e arrasta-o para dentro da canoa. Essa prática é chamada de “lanço” ou “lance”; a pesca com malhadeiras se dá com uso desse instrumento feito armadilhas num local, possível de fechar uma determinada no rio ou nos igarapés e braços, que não sobre espaço para o peixe escapar. Em seguida uma pessoa vai fazendo movimento na água para que o



peixe fique “malhado” na rede. A pesca com redes ocorrem nas proximidades das ilhas ou nas das margens do rio.

Os apetrechos fixos observados na pesca feita pelos remanescentes de quilombolas foram a cambôa e os matapis. A primeira é uma armadilha feita de varas, colhidas na mata, amarradas por cipós, que quando pronta assemelha-se a um cerca, feita nas margens do rio, geralmente em lugares calmos, preferencialmente debaixo de copas de árvores que sobressaem sobre o rio, e dentro dos cacuris, coloca-se isca, para atrair o peixe, podendo ser grãos (milho, feijão cozido, etc.) ou partes fatiadas de carnes, peixes, etc.. Essa armadilha é mais utilizada no período de verão, quando as águas do Capim baixam, e obedecem as influências da maré no rio. Dessa forma, quando na maré cheia, os peixes encurralam-se dentro da armadilha e são pescados na baixa da maré.

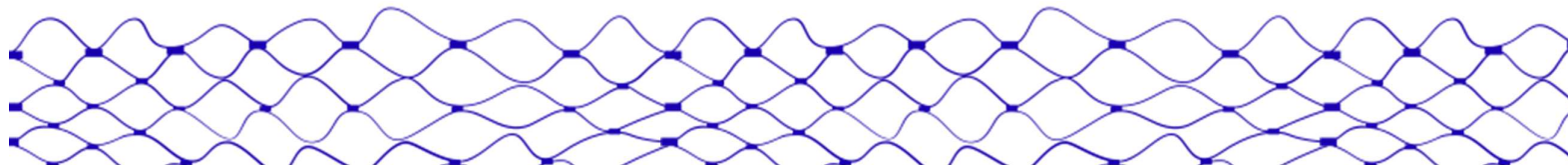
Também é importante visibilizar a pesca feita de anzol e a pesca de fisga. A pesca de anzol ou de linha é feita com o uso de linhas plásticas, varas e anzol. Nessa modalidade de pesca, observa-se a presença de mulheres e de adolescentes. Nessa pesca utilizam-se iscas de minhocas ou de vísceras de animais. A pesca de fisga é mais utilizada à noite, quem a pratica geralmente são homens que, conhecedores dos pesqueiros existentes no rio, ou igarapés, utilizam “fisgas” ou arpões para pescar.

Nas pescarias efetuadas no Engenho do Calixto, é muito comum a pesca seguintes espécies: aracu, assaranha, acará, arraia, giju, mandubé, piau, piranha, paboca, pirarara, sarapó, traíra, tuí e tucunaré.

Essas pescarias são organizadas geralmente entre familiares, que se agrupam na casa do parente mais velho, pai ou sogro, para efetuar a pescaria, esta tem a responsabilidade de efetuar a partilha com equidade. Nessa prática da comunidade ser comunitária entre os familiares, bem como a partilha é perceptível os arranjos criados no sentido de gerenciar a atividade de pesca na comunidade, desde a captura do peixe à partilha, que resiste desde seus ancestrais até os dias atuais, conforme esclarece Diegues:

Essas situações contradizem a teoria da Tragédia dos comuns (Hardin, 1968) segundo a qual, num regime de propriedade comum, necessariamente cada “comunitário” tentaria aumentar seus rendimentos, aumentando a pressão sobre os recursos (aumentando no número de ovelhas num pasto comum ou o esforço de pesca no mar, ocorrendo a sobrepesca ou, a sobrepesca (DIEGUES, 2001, p. 98)).

As práticas do uso coletivo da pesca não deixaram de existir atualmente no Engenho do Calixto, elas resistem às práticas de cercamento de braços de igarapés, feitos por fazendeiros locais, e ao cerceamento dos recursos ocasionados pelas práticas de mineração da bauxita. No entanto, é possível observar a articulação política que a comunidade vem desenvolvendo com o afã de ser reconhecida como comunidade quilombola. Uma dessas estratégias é o reconhecimento de pertença da herança dos negros que trabalharam não engenho do coronel José Calixto, conforme já frisado anteriormente, com o reconhecimento do território herdado, que vai além do lugar, mas dos processos culturais herdados, e para esse reconhecimento articulam a memória como fenômeno capaz de articular o passado no presente.



Halbwachs (2006, p.80), define a memória como um trabalho que permeia reconhecimentos e propicia reconstruções capazes de atualizar os “quadros sociais”, nos quais as lembranças permanecem e articulam-se entre si. Para aquele autor, a memória é sempre construída em grupo (memória coletiva), mas também uma construção individual (memória individual). Para a articulação entre as duas memórias, no entanto, necessita-se de vários elos entre uma e outra, para que assim as lembranças evocadas sejam reconstruídas sobre uma base comum.

Dessa forma, portanto, haveria dois tipos de memória que, antes da secularização moderna, estavam imbricadas entre si (Bosi, 2004, p.108). Isso porque, segundo a memória coletiva se apresenta, sobretudo, na tradição, ou seja, adotando a perspectiva de Benjamin (1985, p. 80) o testemunho histórico e a oralidade foram abalados pela era da reprodutibilidade técnica. São estes os pilares que dão à experiência individual e coletiva os seus valores na medida em que, através de um elemento dito, um testemunho histórico autêntico é entregue, passado de geração a geração, como é o caso das narrativas contadas pelas (os) guardiãs (ões) da memória do povo do engenho do Calixto, que relembra o trabalho no engenho, as crenças, os lugares, o meio físico e as relações de opressão vividas, e, sobretudo do uso dos recursos coletivos, mesmo tolhidos pelo coronel, dono da fazenda.

Meu bisavô foi escravo que trabalhou no ingen do coroné Calixto. Ele contava pro meu avô que a cuisa num era fácil... Eles se acordavo de madrugada com o cantar dos galos pra cortar cana pra muer no ingen dia tudo, e ai daquile que demostrasse preguiça, ia pro tronco pra ser surrado. E despois os escravos iam tumar banho e fazer uma pesca... mais sempre o capatax tava pro perto. Num podia ir no sítio do outro sinhô pra robar fuitas, purque na volta de lá, o chicote cumia nos lombo (DORIVAL DOS SANTOS FURTADO)

Na narrativa o remanescente relata o trabalho exaustivo da escravidão no engenho, bem como as restrições sofridas pelos escravos ao utilizarem os recursos naturais, como o uso de frutas para se alimentarem e até mesmo a prática da pesca era vigiada. Dessa forma, penso que o uso desse recurso não era comum, já que o escravo dependia de autorização do seu dono para seu usufruto. Nesse caso, a dominação do senhor de engenho expandia sobre todos os recursos, inclusive os recursos de mobilidade, como é a peixe. No entanto, é possível perceber a memória sobre pesqueiros que existiam no século XIX e as dimensões que as pescas assumiram na atualidade.

O senhor sabe onde é hoje a comunidade Boa Esperença? Bem ali, quem vem de Santana, que vê, o sinhô olhe, num tem aquela primeira ilha, de frente duma mata de buriti? Lá tinha muito peixe, peixe grande, né? O meu tataravô dizia que lá só tinha peixe teba, de trinta quilo, vinte quilo... Lá tinha até muito pirarucu. Lá era o lugar que saciava era fome dos preto dos nosso, mais era só eles que sabia. Depois que fechou tudo aqui, que era engenho, os preto fazia suas rocinha, mas também pescavo muito. Graças a Deus tinha esse rio... Tinha vários tipo de peixe. Ali hoje num tem mais peixe desse tamanho... Sumiram tudo pro Alto Capim, lá sim, tinha muito peixe, mas aqui, no dito lugar que tô lhe dizendo ainda hoje a galera pega peixe, pega acará, pra boca, sarapó... mas diz os antigo que lá na ilha tinha coisa incantada lá, eles via, os pretos via galo cantar, e se mexia debaixo da ilha uma coisa, era por tempo, não era todo dia, lá acho que



tinha incante que era mãe dos peixe. Num faz munto tempo que o pessoal dizia que nos dias de lua cheia, quando não era pra pescar lá, viam navios chegarem né?... num é mentira não! O pessoal que pesca lá na ilha esses causos pra gente, hoje falo isso pros menino lá de casa, quando sai pra pegar um quebra jejum, mais eles fico e achando graça, e se vão, os danados, num é que vê monte de visage..., vê monte de luz, como fosse de lamparina, de monte de gente, quando chego lá, num é nada, né ninguém... É sei disso, porque o finado vovô contava chego com enfieira de peixe, e né de rede não senhor... pesco é de anzó e de fisga. Isso era no tempo dos preto do coroné Calixto, mas nos dias hoje, nós pesca é no Alto Capim, à vez vai eu e um primo, outra vez eu e meu irmão, outra vez, eu meus cumpade. Lá inda tem um peixin até graúdo, tem até filhote, só que agora tem que ir no barquinho e ficar uma tempo. A vez eu passo de quinze dia pra lá, levo caixa de isopô e compro gelo, e meus menino e a muié, cuida da rocinha, faz farinha, cria um serimbabo ou tira açai, com os parentes nosso (JOÃO FORTUNATO, 55 anos, morador do Engenho do Calixto)

Na narrativa acima, o Sr. João Fortunato, narra a existência de um pescueiro que existe desde o tempo da escravidão. Era um pescueiro da família, utilizado pelos ancestrais, desde seu bisavô. Segundo Furtado (1993), A palavra *pescueiro* é utilizada desde o período colonial da história da Amazônia, para as áreas onde se pratica a pesca. Trata-se de um lugar que requer o conhecimento eco-ictiológico do lugar, e isso depende do aprendizado que se realiza

pela prática, pela continuidade da atividade, pela convivência grupal. Portanto o registro é mental e se transmite pela tradição oral de pai para filho, de geração à geração. Neste particular, as faixas etárias mais velhas exercem um papel relevante nessa transmissão de conhecimento (FURTADO, 1993, p. 200).

Percebe-se na narrativa que o pescador remanescente do Engenho do Calixto, apropriou-se desses saberes, através da oralidade que é muito comum entre os remanescentes em estudo. Observa-se a arte de narrar neste caso, como ato de transmissão do passado para (re) memorar a pesca entre quilombolas. Nesse caso o senhor João Fortunato transmitiu aos filhos, que continuam a utilizar o pescueiro, enquanto referência de pesca, mesmo com menor produtividade e menos variedade que no passado, quando o pescado naquele local tinha maior variedade e maior biomassa. Observa-se que parte desse conjunto de saberes é o método da triangulação visual (Furtado, 1993, p. 213), em que o pescador marca o espaço físico da localização do pescueiro: uma ilha, defronte a um buritizal, na comunidade Boa Esperança, ou seja, são marcações feitas por uma geografia imaginária e registradas por acidentes físicos, que servem de norte aos pescadores da família.

Na narrativa é possível identificar a presença do segredo no pescueiro. O pescador afirma que só seus antepassados sabiam do pescueiro, talvez uma forma de demarcar território de pesca, e expressando essa atividade como lugar de competição (Maldonado, 1988, p. 33). Também se encontram presentes neste pescueiro, entidades mágicas, que protegem o pescueiro, dentre eles seres fantásticos que cantam, que fazem barulhos e que aparecem na lua cheia, compondo um conjunto de habitantes que habitam no rio, os seres invisíveis, conhecidos na Amazônia como bichos do fundo e as encantarias, que assumem um papel preservacionista que se não forem respeitados por aqueles que fazem uso dos



mananciais aquáticos, fazem judicaria, como resposta; isto é, penalizam de formas variadas - desde uma pequena tonteira até a loucura (Furtado, 1993, p. 233). O quilombola atribui esse “grupo” de encantados a um ser, a mãe dos peixes. Nessa esteira, ainda Furtado descreve essa entidade em outras nomenclaturas como

mães dos rios, mães de cabeceiras, mães de olhos d’água, mães de grota com a mesma dualidade de poderes benéficos e maléficos. Como? De um lado benéfico para o próprio filho – o rio, o lago, o igarapé, etc. e de outro lado para quem o espolia, ou não o respeita. Para que ninguém seja alvo da judicaria dessas entidades sobrenaturais, é preciso pedir licença para pescar, para se banhar, ou navegar sobre suas águas [...] são entidades que compõem uma espécie de matriarcado mítico no universo cognitivo ribeirinho, e garantir-lhe acesso aos recursos da natureza para sua sobrevivência (FURTADO, 1993, p. 233).

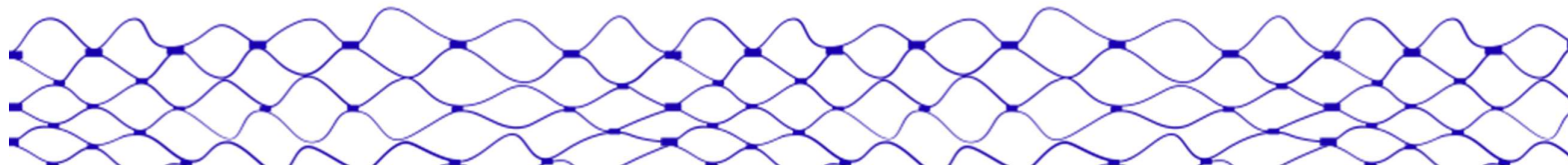
Essas estratégias cognitivas são permeadas não apenas no rio e igarapés da região, como nas florestas e nas estradas vicinais, como entidades protetoras do patrimônio natural herdado, desde os tempos coloniais até nos dias atuais na comunidade. No entanto, com a instalação da energia elétrica, abertura de estradas, derrubada das matas e uso de aparelhos de comunicação (televisores e celulares) e a pentecostalização, os encantos estão “migrando” para outros lugares, dando vazão para o tráfico, que se espalha nas comunidades do Engenho do Calixto.

A cartografia quilombola dividiu o rio em dois lugares: o Baixo Capim e o Alto Capim. O Baixo Capim é o espaço de povoação, que se originou no século XVIII e XIX, a partir da Freguesia de São Domingos do Capim, época de instalação dos modernos engenhos, na formação do povoamento. O Alto Capim inicia-se a partir do município de Ipixuna e atravessa outros municípios do nordeste paraense, alcançando outros do sul do estado. Com a abertura da rodovia BR-010 (Belém-Brasília), acentuaram-se a abertura de estradas e o rio passou a ser pressionado para transporte de madeiras e projetos de mineração; no entanto, a pesca é feita atualmente com maior importância econômica.

A pesca artesanal comercial é feita no Alto rio Capim. Os quilombolas se deslocam para lá, geralmente por quinze dias, na captura de peixes para a comercialização e consumo. A comercialização é feita no próprio barco, ainda na região da pesca, para atravessadores, que comercializam nos municípios vizinhos, no entorno do rio.

Vale a pena ressaltar que na narrativa do Sr. João Fortunato, percebe-se que existe na comunidade o pluralismo econômico, onde pesca e agricultura convergem, de acordo com a sazonalidade, classificando os pescadores, também como agricultores. De acordo com Maldonado (1988):

Os grupos de trabalho dos pescadores agricultores formam-se dentro da unidade familiar, não ocorrendo assalariamento nem excedente de produção. A associação da pesca com a agricultura garante gêneros de subsistência na estação chuvosa ou em épocas pouco propícias à pesca. Na maior parte dos grupos pesqueiros que também praticam a agricultura, esta atividade tende a ser atribuída às mulheres e, em alguns casos às crianças, pois são os elementos não pescadores das comunidades (MALDONADO, 1988, 13).



Dessa forma, seguindo a lógica da autora, o pescador do Engenho do Calixto assume uma hibridização na sua identidade, ao mesmo tempo em que é quilombola é também pescador artesanal e agricultor, porque desenvolve essas duas atividades. No que diz respeito ao processo identitário na comunidade, a identidade primeira, assume uma complexidade maior, porque não depende só apenas do elemento trabalho como elemento estruturador do sujeito, mas, sobretudo, de sua aceitação e reconhecimento pelos demais membros do grupo. Ressalto que essa pluralidade não se aplica apenas aos homens, mas também às mulheres e crianças, pois apesar desses sujeitos não pescarem em lugares mais distantes, pescam nas proximidades das casas, e desenvolvem atividades agrícolas e extrativistas.

Considerações finais

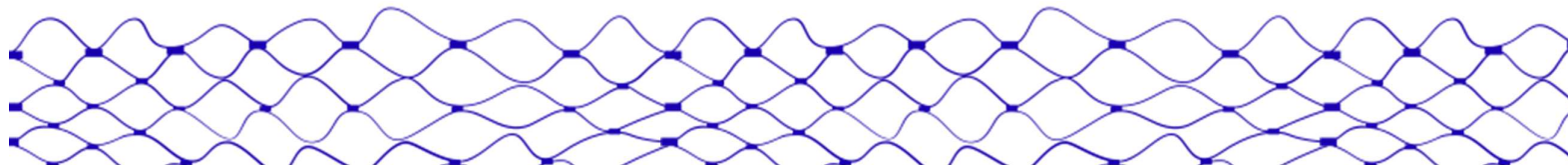
No Engenho do Calixto, a construção da identidade étnica ainda está em construção, e apresenta tensões (Borges, 2014, p.90). Esses campos de tensões surgem, a partir das relações de parentesco, entre um escravocrata e mulheres negras (território e herança), que originou a população da comunidade em tela, e essas tensões ora transitam no uso comum dos recursos naturais, para formação de uma identidade comum, ora se dá com a negação dela (identidade negra), por ser o termo “descendente de escravo”, carregado de estereótipos, momento em que algumas pessoas se ancoram na branquitude do coronel Calixto.

Em estudos anteriores, percebi que existe uma rede de reciprocidades fora do território, alastrando-se a outras comunidades, como no caso da existência de parentes que migraram para as comunidades Sauá-Mirim, Taperinha e Nova Ipixuna, estas já cartografadas pelas Novas Cartografias Sociais da Amazônia (Borges, 2014, p 78).

Neste trabalho, busquei enfocar a pesca artesanal, praticada pelos quilombolas, partindo também do uso das memórias e das narrativas. A intenção era dar uma visibilidade merecedora à pesca artesanal, enquanto uma atividade que é pouco mirado por estudiosos e pelas políticas públicas, e tratando-se de uma atividade elementar para compreender a busca pela positivação da identidade quilombola de uma população que pouco é ouvida; e, por ser e ter sido a base da alimentação dos ancestrais, no passado e nos dias atuais. Desta forma, buscar a memória e as narrativas de pescas não é o suficiente para positivar a identidade étnica, compreendo, mas é o princípio para que os quilombolas busquem na organização política, que entendo ser a principal para que isto ocorra. No entanto, percebe-se que existe não só a identidade étnica a ser trilhada, mas para início de conversa uma hibridização da identidade, advinda da agricultura (camponesa/camponês), e a da pesca (pescador/pescadora), que precisam ser conhecidas e positivadas no Engenho do Calixto, permitindo assim, o debate intercultural.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Maria Betanha Cardoso. Sistema de uso comum e recursos em comunidades quilombolas no Vale do Rio Capim (PA). Dissertação de Mestrado. NAEA/UFGA, 2008.



- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BORGES, A. S. Narrativas de Remanescentes de Quilombo: divergências e convergências na construção da identidade negra no Engenho do Calixto, em Aurora (PA). Dissertação de Mestrado. PPGLS. Universidade Federal do Pará, 2014.
- BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- DIEGUES, A.C. e MOREIRA A.C. (organizadores). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo, NUPAUB-USP, 2001.
http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Espacos_UsoComum.pdf
- FAO. Expert consultation on small-scale fisheries development. Fisheries Report, Rome, 1975.
- FURTADO, L. G. Aspectos culturais da pesca no Baixo Amazonas in: Pescadores do rio Amazonas; um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. MCT-CNPq-MPEG. Belém, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro editora, 2006.
- MALDONADO, Simone C. Pescadores do mar. São Paulo: Ática, 1988.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Importância da História, da Geografia e da Cartografia na análise da formação social e territorial da Amazônia In: MONTEIRO et al. Atlas socioambiental: municípios de Tomé-açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- SILVA, Adriano Prysthon da. Pesca Artesanal Brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas/TO, 2014.
- SILVA, Simone Rezende da. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. Revista Nera, ano 14, n. 19, p. 73-89, jul./dez. 2011.
- WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004.

